



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	10830.003093/2005-28
<b>Recurso nº</b>	514.144 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2201-00.958 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	09 de fevereiro de 2011
<b>Matéria</b>	IRPF
<b>Recorrente</b>	CLÓVIS PRADO GALUPPO
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

Exercício: 2001

IRPF. PECÚLIO RECEBIDO DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO.

Sujeitam-se à incidência do imposto na fonte, o pecúlio resgatado a título de devolução relativo a benefício de renda vitalícia por invalidez recebidos de forma continuada de entidades de previdência privada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

*(Assinado Digitalmente)*  
Francisco Assis de Oliveira Júnior - Presidente.

*(Assinado Digitalmente)*  
Eduardo Tadeu Farah - Relator.

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros: Pedro Paulo Pereira Barbosa, Eduardo Tadeu Farah, Guilherme Barranco de Souza, Gustavo Lian Haddad e

Francisco Assis de Oliveira Júnior (Presidente). Ausente, justificadamente, a Conselheira Janaína Mesquita Lourenço de Souza.

## Relatório

O presente processo trata-se de Auto de Infração de fls. 12/18, relativo ao exercício de 2001, que se exige crédito tributário no valor total de R\$ 25.389,60, calculados até abril de 2005.

A fiscalização, por meio de revisão da Declaração de Ajuste Anual do contribuinte, constatou Omissão de Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica referente a resgate de previdência privada de Brasil Prev Seguros e Previdência S/A, CNPJ nº 27.665.207/0001-31, no montante de R\$ 61.327,10.

Cientificado do lançamento, o autuado apresentou tempestivamente Impugnação (fls. 01/10), alegando, conforme se extrai do relatório de primeira instância, que:

*Era participante da BrasilPrev Previdência Privada S/A desde abril de 1995 e encaminhou a esta entidade, em 24/01/2000, uma solicitação de concessão do Benefício da Renda Vitalícia por invalidez, juntando à época dos fatos toda a documentação necessária;*

*A corroborar a situação de decretação de estado de invalidez do contribuinte, a Edição nº 110, de 15/04/2000, do Diário Oficial, trouxe a publicação da concessão da aposentadoria por invalidez pelo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo;*

*Desta forma, o valor dos rendimentos lançados no Auto de Infração em discussão é exatamente o valor da devolução das contribuições pela invalidez ocorrida durante o período de diferimento como está previsto no anexo 2, item 4.1.2 do Regulamento do Plano de Aposentadoria Brasilprev, não sendo, portanto, um resgate, como afirma o Fisco;*

*Nos termos da Lei nº 9.250, de 26/12/1995, cujo artigo 32 alterou o inciso VII do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22/12/1988, são isentos do imposto de renda os rendimentos percebidos por pessoas físicas dos seguros recebidos de entidades de previdência privada decorrentes de morte ou invalidez permanente do participante;*

*Destarte, os valores recebidos da Brasilprev, bem como a correção monetária e os juros incidentes sobre esses valores, foram eleitos pelo legislador para não serem tributados pelo IRPF, constituindo-se em garantia detida pelo cidadão em face do Fisco, impossibilitando a constituição de relação jurídico tributária fisco x contribuinte;*

*Traz à colação, jurisprudência do Conselho de Contribuintes, que, no seu entender, corroboram o entendimento acima esposado;*

*A utilização da taxa Selic como índice de correção e atualização de créditos tributários é ilegal, tendo em vista a flagrante inconstitucionalidade da taxa, reconhecida pelo Ministro*

*Franciulli Netto, da 2ª Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ao relatar o Acórdão nos autos do Recurso Especial 215881/9R;*

*11. Requer, então, que: i) seja assegurado seu direito processual de juntada posterior de documentos previsto no artigo 16, § 5º, do Decreto nº 70.235/72; ii) seja julgado improcedente o auto de infração.*

A 3ª Turma da DRJ – São Paulo/SP II julgou integralmente procedente o lançamento, consubstanciado nas ementas abaixo transcritas:

***ISENÇÃO. PECÚLIO RECEBIDO DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.***

*Somente é isento do imposto de renda o pecúlio recebido em prestação única de entidades de previdência privada, quando em decorrência de morte ou invalidez permanente do participante.*

***JUROS DE MORA. TAXA SELIC. INCIDÊNCIA.***

*Os débitos decorrentes de tributos não pagos nos prazos previstos pela legislação específica são acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de um por cento no mês do pagamento.*

***Lançamento Procedente***

Intimado da decisão de primeira instância em 13/04/2009 (fl. 64), Clóvis Prado Galuppo apresenta Recurso Voluntário em 12/05/2009 (fls. 65/76), sustentando, essencialmente, os mesmos argumentos postos em sua Impugnação.

É o relatório.

## **Voto**

Conselheiro EDUARDO TADEU FARAH, Relator

O recurso é tempestivo e reúne os demais requisitos de admissibilidade, portanto, dele conheço.

A matéria em debate nos autos é por demais conhecida pelos membros desta Câmara, já que se trata de omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica referente a resgate de previdência privada.

De pronto, sem querer ser repetitivo, peço vênia para reproduzir os fundamentos do voto condutor do julgamento de primeira instância:

*Discute-se no processo em tela a isenção outorgada pelo art. 6º, inciso VII, da Lei nº 7.713 de 22/12/1988, ao qual foi dada nova*

*redação pelo art. 32 da Lei nº 9.250/95, ficando, assim, estabelecida na legislação a questão:*

*"Art. 6º - Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:*

.....

*XIV - os seguros recebidos de entidades de previdência privada decorrentes de morte ou invalidez permanente do participante;"*

*A Instrução Normativa nº 25, de 29/04/1996, ao normatizar o disposto no art. 6º, VII, da Lei nº 7.713, de 1988, e alterações posteriores, determinou, in verbis:*

*"Art. 5º Estão isentos ou não se sujeitam ao imposto de renda os seguintes rendimentos:*

.....

*XXII - o pecúlio **recebido em prestação única** de entidades de previdência privada, quando em decorrência de morte ou invalidez permanente do participante;" (grifei)*

*Da análise do dispositivo legal acima transscrito, infere-se que a isenção abrange tão somente aquele valor que tem caráter instantâneo, e não continuado no tempo, que é devido aos dependentes ou designados do participante falecido ou ao próprio participante em caso de invalidez permanente.*

*Ademais disso, a publicação "Imposto de Renda Pessoa Física - Perguntas e Respostas – 2001", editada pela Secretaria da Receita Federal, assim orienta acerca da matéria em questão:*

*"203. Qual é o tratamento tributário do pecúlio recebido por pessoas físicas?*

*O valor relativo ao pecúlio é tributável quando pago, na demissão ou retirada, por ex-empregador, institutos, caixas de aposentadoria ou entidades governamentais em decorrência de emprego, cargo ou função exercido no passado, independentemente da denominação empregada, tal como pecúlio-resgate, pecúlio-restituição, pecúlio-patrimônio, pecúlio-reserva de poupança, pecúlio-devolução.*

*Será isento quando pago por intermédio de:*

*a) companhia de seguro, por morte do segurado (Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso III);*

*b) INSS, correspondente às contribuições pagas ou descontadas dos aposentados que tenham voltado a trabalhar até 15/04/94, quer seja o pecúlio recebido pelo segurado ou por seus dependentes, após sua morte; (RIR/1999, art. 39, XXX; IN SRF nº 15, de 2001, art. 5º, XI)*

*c) entidade de previdência privada, fechada ou aberta, quando se tratar de prestação única e o pagamento decorrer de falecimento ou invalidez permanente do participante. (Leis nºs 7.713/88, art. 6º, VII e 9.250/95, art. 32) (grifei)"*

Desse modo, ressalvado o pecúlio (pagamento em prestação única) decorrente de morte ou invalidez permanente do participante, que é isento, os benefícios pagos pelas entidades de previdência privada, inclusive as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições em virtude do desligamento do participante do plano de benefícios da entidade, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte.

No presente caso, pelo exame dos autos, constata-se que o interessado foi aposentado por invalidez permanente em 15/04/2000 (fls. 26), percebendo rendimentos da entidade de previdência privada (Brasilprev Previdência Privada S/A), de forma continuada, ao longo de cada um dos meses do ano-calendário de 2000 (fls. 53), rendimentos esses que o próprio interessado admite se tratar de benefício de renda vitalícia por invalidez.

Cumpre lembrar, por fim, que a isenção é modalidade de exclusão do crédito tributário e é sempre instituída por lei, sendo que a legislação que versa sobre o assunto deve ser interpretada literalmente, conforme previsão expressa do artigo 111, do Código Tributário Nacional – CTN.

“Art. 111 – Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

(...)

II – outorga de isenção;”

Conclui-se, portanto, que o contribuinte não faz jus à isenção do imposto de renda, devendo ser mantida a autuação. (grifei)

Como bem apontado pelo julgamento *a quo*, os benefícios pagos por entidades de previdência privada aos participantes de planos de benefícios, inclusive as importâncias correspondentes ao resgate de contribuição em virtude de desligamento do participante do plano, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte.

A propósito, impende citar o contrato assinado com a BRASILPREV - Previdência Privada S.A., notadamente o item 4.1.2 de que trata da devolução das contribuições (fl. 28):

#### 4. DEVOLUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

4.1 Sempre que ocorrer o cancelamento do Plano, conforme previsto no item 51 e alíneas "c' e "d" do item 5.6 do Capítulo V. o PARTICIPANTE terá direito a resgatar, sob forma de devolução, seu Saldo de Contribuições relativo ao Benefício de Aposentadoria e sua Reserva correspondente á Aposentadoria por Invalidez.

(...)

4.1.2 Ocorrendo a invalidez do PARTICIPANTE, durante o Período de Diferimento, ser-lhe-á devolvida sua Reserva

*referente á Aposentadoria existente na data em que ocorrer o Fato Gerador. (grifei)*

Pelo que se depreende do excerto reproduzido o recorrente simplesmente recebeu a devolução das contribuições, razão pela qual a referida verba se insere no campo de incidência do imposto, mormente por representar acréscimo ao patrimônio do beneficiário e pelo fato de inexistir norma isentiva para tanto.

Com efeito, a ressalva presente na Lei nº 7.713 de 1988, art. 6º, VII (*VII - os seguros recebidos de entidades de previdência privada decorrentes de morte ou invalidez permanente do participante*), refere-se a recebimento de prestação única decorrente de falecimento ou invalidez permanente do participante, o que não é o caso dos autos.

Por fim, a partir de 1º de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic para títulos federais.

Ante ao exposto, voto por NEGAR provimento ao recurso.

*(Assinado Digitalmente)*

Eduardo Tadeu Farah